

MAYOMBE: POLIFONIA DIASPÓRICA, MISTIÇAGENS E HIBRIDISMO NA GUERRA DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA

Edelu KAWAHALA E Rodrigo DIAZ DE VIVAR Y SOLER*

* Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

E

Resumo

Este texto analisa a obra *Mayombe* de Pepetela, romance angolano publicado em 1980. *Mayombe* trata da guerra de libertação através da história de guerrilheiros vindos de regiões diferentes de Angola, com etnias diferentes e de diferentes classes. Na obra Pepetela expõe as contradições e tensões do convívio destes homens, advindas destas diferenças. Propõe-se neste trabalho um olhar sobre o personagem Teoria e sua relação com a mestiçagem. A complexidade deste conceito está em retirar dela seu caráter essencialista, tanto negativo quanto positivo. Para uma reflexão sobre a mestiçagem abre-se um diálogo com autores pós-coloniais, no intuito de pensar o tema para além do Luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, numa perspectiva crítica, pensando-a a partir das relações de poder e desigualdades que configuram as sociedades coloniais.

Palavras-chave: *Mayombe*; Pepetela; Mestiçagem; Hibridismo.

O marxismo foi o maior aparato ideológico, presente nos escritores angolanos até meados da década de 80. Pepetela, Agostinho Neto e Luandino Vieira firmaram um compromisso histórico com a transformação cultural da realidade. Contudo, Pepetela ao mesmo tempo em que mergulha no projeto socialista pela transformação cultural da sociedade, não perde a crítica e explicita em *Mayombe* as contradições desta *práxis*.

Como testemunha ocular do processo de descolonização, *Mayombe* registra os acontecimentos que antecedem a independência angolana. Neste período, a literatura naquele país representava a história buscando, sobretudo, oferecer diferentes perspectivas que se sobrepusessem ao discurso colonial, procurando disponibilizar elementos reflexivos para a formação de uma nação segundo os critérios de uma sociedade socialista.

Pepetela além de representar a guerra civil como uma temática histórica da sociedade angolana em formação apresenta um elemento im-

portante nas sociedades africanas: a oralidade, configurada na fala dos narradores e tradutora de outra estética, um novo olhar sobre a língua africana, não de maneira purista e maniqueísta, mas como uma língua culturalmente entrelaçada com o mundo do colonizador.

Pepetela, ao dar primazia ao “narrador”, revela ainda esta dimensão da oralidade, comum às sociedades africanas, e importante no resgate das suas identidades. Identidade que se constrói pela memória dos narradores fictícios (personagens e/ou atores e pelo próprio autor). (SERRANO, 1999, p. 133)

Importante ressaltar que no romance, os portugueses não têm voz; em momento algum eles aparecem como narradores. Era preciso dar voz aqueles que até então estavam destinados ao silêncio, tanto o silêncio violento da polícia política portuguesa – **Polícia Internacional** e de Defesa do Estado PIDE – ou no silêncio ideológico do racismo.

Embora a obra tenha um caráter de afirmação da luta pela libertação, Pepetela traz à tona as contradições da guerra e da sociedade em formação. Não por acaso, o romance é escrito em 1970/1971 e publicado somente em 1980. O autor faz uma crítica ao Movimento Popular para a Libertação de Angola – MPLA – e denuncia o machismo e o racismo, que aparecem como contraditórios a sociedade igualitária propagada pelos ideais socialistas.

Pepetela tem um papel essencial na produção de uma literatura pós-colonial quando traz elementos que denunciam a violência da colonização e as estratégias de superação das sociedades colonizadas. Logo, pensar sobre sua obra, mais especificamente **Mayombe**, implica em compreendê-la como uma produção literária que representa a articulação de pensamentos que contestam a dominação colonial em Angola. Segundo Schimdt (2009), pensar o pós-colonial corresponde pensá-lo para além de um espaço geográfico ou de um período histórico, mas sim a partir das relações de poder e desigualdades que configuram as sociedades coloniais.

Tratando da guerra de libertação de Angola na década de 70, **Mayombe** circula em torno da realidade histórica – como documento –, e da ficção romanesca, trazendo conflitos em torno da guerrilha, além de apontar questões humanas, da individualidade do sujeito, o amor e a sexualidade.

Pode-se dizer que se trata de um romance de caráter épico por tratar do surgimento da nação angolana, portanto, nesse sentido, um texto fundador, e também um depoimento crítico das ações da guerrilha – MPLA – naquele momento.

A narrativa desenvolve-se em cinco capítulos e um epílogo construindo-se na terceira pessoa, intercalada pela voz das personagens que introduzem seus pequenos relatos em primeira pessoa, o que dá à narrativa um caráter polifônico.

As personagens são guerrilheiros alocados em uma base, na região de Cabinda, em Angola, que vivem momentos de tensão no grupo em função do racismo e de ideais políticos. Passam por situações de risco

Vale ressaltar que esta dicotomia entre o pessoal e o político na prática é inexistente, pois a subjetividade está diluída no social portanto nas relações políticas e ideológicas de cada sociedade.

e discutem, além da problemática do movimento guerrilheiro, suas vivências e opiniões, a respeito do amor, do medo, do machismo. Têm codinomes, advindos de uma situação importante ou de sua personalidade. Assim, as questões políticas das guerrilhas, são retratadas nesta obra entrelaçadas aos dramas pessoais de cada personagem.¹

Na narrativa os guerrilheiros são aglutinados e motivados por um ideal nacionalista, o convívio e mesmo as ações políticas são por vezes repletas de tensões advindas das diferenças entre eles. Vindos de regiões, etnias e classes diferentes sua empreitada no **Mayombe** é atravessada diretamente pela questão do racismo.

As relações das pessoas dentro da organização ou são explicitadas através de atributos somáticos (isto é, as relações entre brancos e negros, negros e mestiços a relação totalizadora de negros, mestiços e brancos), ou então, num outro plano, por meio das relações interétnicas (através dos grupos locais, da região, da língua e até mesmo da religião). Também o grau de instrução e o lugar ocupado na hierarquia explicitam relações específicas entre as pessoas. (SERRANO, 1999, p. 134)

Neste trabalho, o olhar se voltará especificamente sobre o personagem Teoria e sua relação com a identidade mestiça. Logo no início do romance encontramos uma descrição da constituição de Teoria, não enquanto uma linearidade, mas enquanto um processo difuso e marcado pelo hibridismo.

Eu narrador sou teoria.

Nasci na Gabela, terra do café. Da terra recebi a cor escura de café, vinda da minha mãe, misturada ao branco defunto do meu pai, comerciante português. Trago em mim o inconciliável e este é o meu motor. Num universo de sim e de não, branco ou negro, eu represento o talvez. Talvez não é para quem quer ouvir sim e significa sim para quem quer e significa sim para quem quer ouvir não. A culpa será minha se os homens exigem a pureza e recusam as combinações? Sou eu que devo tornar-me em sim ou em não? Ou são os homens que devem aceitar o talvez? Face a este problema capital, as pessoas dividem-se aos meus olhos em dois grupos: os maniqueístas e os outros. É bom esclarecer que raros são os outros, o Mundo é geralmente maniqueísta. (PEPETELA, 1981, p. 14)

Ao trazer na narrativa a questão da mestiçagem, Pepetela elege um dos pontos mais emblemáticos e tensos das sociedades pós-coloniais. No caso da colonização portuguesa em países africanos, como no Brasil, as marcas desta relação vão além de uma herança cultural, estão enraizadas no corpo e na identidade de cada mestiço.

É preciso, porém vislumbrar que embora se possam pensar elementos similares da mestiçagem tanto em Angola como no Brasil, existem especificidades importantes nestas relações em cada país. Se no Brasil o mestiço é um quase branco, em Angola é visto como um herdeiro maldito do sangue português.

Sujeito quase branco, a lembrar, com os traços de seu próprio corpo, a permanência do tempo colonial, o mulato é um sujeito “sem tribo”, espécie de “judeu errante” em busca de um lugar no conjunto das novas relações que se estabelecem no país liberto do jugo colonial. (SCHIMDT, 2009, p. 141)

Teoria percebe esta tensão que permeia a sua relação com os outros guerrilheiros, como se a todo tempo os olhares de seus companheiros questionassem: afinal seria ele confiável numa luta contra aqueles que carregam o mesmo sangue branco que corre em suas veias? Perceptivo, o personagem vivencia este “não-lugar”, ou este lugar “maldito” de não ser branco nem negro. Teoria paga o preço e se lança na luta sem se dar o direto ao medo ou a auto preservação.

Ofereço-me sempre para as missões, mesmo contra a opinião do Comando: poderia recusar? Imediatamente se lembrariam de que não sou igual aos outros. Uma vez quis evitar ir em reconhecimento: tivera um pressentimento trágico. Havia tão poucos na Base que meu silêncio seria logo notado. Ofereci-me. É a alienação total. Os outros podem esquivar-se, podem esquivar-se, podem argumentar quando são escolhidos. Como poderei fazer, eu que trago em mim o pecado original do pai-branco? (PEPETELA, 1981, p. 26)

A complexidade do conceito de mestiçagem está em retirar dela seu caráter essencialista. No entanto, é preciso pensar o mestiço para além do biológico e sim como resultado histórico de relações de dominação colonial e de escravidão. Enquanto sujeito não pertencente, o mestiço ocupa o interstício de uma relação desigual entre colonizado/colonizador, escravo/senhor, podendo, portanto, supor-se capaz de flutuar entre esses dois lugares: se crê quase um branco ou quase um negro, mas de qualquer forma, sua identidade estará incondicionalmente marcada por esse quase, conforme afirma Fanon “ainda não branco, já não totalmente negro, era um maldito”. (FANON, 2008, p. 28).

Ainda que em alguns momentos a questão da mestiçagem seja apresentada de forma positivada pelo colonizador, sabe-se que a miscigenação durante o período colonial configurou-se como uma relação de opressão e dominação. É preciso salientar que as relações sexuais das quais os mestiços foram frutos jamais se deram num patamar de igualdade. Neste sentido, Almeida (2000) aponta para a importância de articular as questões de classe, gênero e raça para pensar as mestiçagem/hibridismo em sociedades pós-coloniais. Também neste sentido aponta Costa, em relação à miscigenação no Brasil:

A miscigenação racial no país é muitas vezes citada como prova da democracia racial brasileira, ou como antídoto do racismo. Porém, há que se ressaltar que esta miscigenação foi fruto, primeiramente, da dominação e exploração sexual dos homens brancos sobre as mulheres negras (e índias). (COSTA, 2009, p. 30)

Freyre, em *Casa grande e senzala* (2004), apresenta a formação da sociedade brasileira sob o viés das relações estabelecidas entre senhores e escravos. Embora demonstre o quanto essas relações produziram uma miscigenação positiva para a formação da nação brasileira, negligencia,

de certa forma, as tensões raciais presentes na escravidão, sobretudo na perspectiva das mulheres, já que essa miscigenação nem sempre é fruto de uma relação afetiva ou mesmo consensual. Segundo Tadei:

A posição assumida por Gilberto Freyre acerca do papel que a miscigenação étnica representou para a colonização portuguesa no Brasil contribuiu para encobrir sua real significação. Gilberto Freyre foi responsável pela divulgação da idéia de “democracia racial”. (...) Podemos dizer que Gilberto Freyre contribuiu para a naturalização da mestiçagem, ao atribuir sua origem a um fator constitucional que poderia, segundo ele, ser facilmente demonstrado em relação ao colonizador português. (TADEI, 2003, p. 3)

Com base nessa idealização da miscigenação e do mito da democracia racial, que consistia em afirmar que a relação entre as raças na formação do Brasil teria sido um exemplo de convivência harmoniosa, Freyre viaja pelos países colonizados por Portugal, divulgando um pensamento que será conhecido como Luso-tropicalismo. Este consistia em pesar o colonialismo português como benéfico aos colonizados pela produção de uma sociedade mestiça.

Problematizar a mestiçagem, pensando-a para além do comemorativo pensamento gilbertiano, implica em abordá-la criticamente, diagnosticando as relações raciais, as tensões e negociações em torno desse lugar.

Em seu texto “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”, Munanga (2003) demonstra os usos do conceito de raça na história da ciência. Num primeiro momento o conceito surge na zoologia e na botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Logo após o termo é deslocado para designar a diversidade.

Como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e especial. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, ipso facto, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. (MUNANGA, 2003)

Nos séculos XVI-XVII o conceito de raça começa a ser usado para legitimar as relações de sujeição entre classes sociais, sob o domínio da teologia.

No século XVIII, período da racionalidade já não havia um questionamento sobre a humanidade destes outros, mas foi retomado o conceito de raça para questionar as raças diferentes que compõem a humanidade.

Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo. (MUNANGA, 2003, p. 80).

Esta hierarquização das raças será um dos principais sustentáculos das empreitadas de colonização e subordinação, além de criar identidades e significações para ambos os lados. Mas certamente será o negro o maior destas relações constitutivas desigualmente positivadas. Fanon (2008) em sua obra **Peles negras, máscaras brancas**, retrata a situação do negro em sociedades coloniais. Para ele, embora negros e brancos implicados nas relações raciais não sejam meros fantoches desta condição, seja por sucumbirem ou rebelarem-se contra ela, não será possível passar impune por este processo histórico e social. Fanon fala que não há como o negro escapar da negritude, pois ela estará sempre lá na sua pele como um signo de um renegado.

Olhe, um preto! Era um stimulus externo, me futucando quando eu passava. Eu esboçava um sorriso. “Olhe um preto!” É verdade eu me divertia. “Olhe um preto! O círculo fechava-se pouco a pouco. Eu me divertia abertamente. “Mamãe olhe um preto, estou com medo!” Medo! Medo! E começavam a me temer. Quis gargalhar até sufocar, mas isso tornou-se impossível. Eu não agüentava mais sabia que existiam lendas, histórias, a história e, sobretudo, a historicidade que Jaspers havia me ensinado. (FANON, 2008, p. 105)

O mestiço então, este ser híbrido de duas “raças” antagonicamente e hierarquicamente separadas, não necessariamente ocupa o meio, mas como Teoria ocupa o lugar do “talvez”.

Criança ainda, queria ser branco, para que os brancos me não chamassem de negro. Homem queria se negro, para que os negros não me odiassem. Onde estou eu então? E Manuela, como poderia ela situar-se na vida de alguém perseguido pelo problema da escolha, do sim ou do não? Fugi dela, sim, fugi dela, porque ela estava a mais na minha vida: a minha vida é m esforço de mostrar a uns e a outros que há sempre o lugar para o talvez. (PEPETELA, 1981, p. 14)

Se no caso de Teoria ele reivindica exatamente este lugar do talvez como positividade, por vezes este será um lugar identitário problemático, pois por um lado o mestiço não acessa o lugar social do branco e por outro, traz em si a branquitude que o afasta deste outro que é o negro.

A questão da miscigenação num primeiro momento não acontece como um projeto de Estado, mas se dá pelas relações cotidianas estabelecidas entre colonos e colonizados. Longe de Portugal os colonos envolviam-se com as mulheres nativas, por carências afetivas e mesmo por necessidade de sobrevivência. Se num primeiro momento da colonização não há uma preocupação com a mestiçagem, num segundo momento por volta de meados do século XIX, conforme ressalta Barbeitos, a questão da mestiçagem aparece como um espinho cravado na sociedade portuguesa.

Impregnadas de um falso e importado conceito de raça, enquanto realidade biológica supostamente essencial à natureza do ser humano e às suas capacidades mentais e culturais, essas individualidades obedeceram a uma ilusória e estetizante noção de «pureza racial», derivada da aversão medieval à mistura de «sangues», que estipulava hierarquias raciais e bania a miscigenação como irremediável fonte de degenerescência. (BARBEITOS, 2006, p. 12-13)

O mesmo autor ressalta ainda que apesar da ideologia de limpeza do sangue adotada por Portugal, a população mestiça foi significativa principalmente nos grandes centros como Luanda e Benguela. Se de um lado, a miscigenação é vista como um elemento de degenerescência de uma população ou sociedade, por outro lado, há uma valorização da mestiçagem.

O Luso-tropicalismo de Gilberto Freyre pode ser considerado o principal alicerce das teorias enaltecidas da mestiçagem. Adotado pelo Estado Novo português sob o domínio de Salazar, o pensamento luso-tropical exalta uma tendência a buscar novos territórios. Thomaz ressalta esta afirmação das peculiaridades do colonizador português no pensamento luso-tropical:

Por outro lado, um mesmo espírito, caracterizaria a empreitada luzitana em qualquer território: o colono português estabeleceria com os povos exóticos relações, em geral, tolerantes e quase igualitárias; com eles aprenderia a lidar com ambientes inicialmente hostis, e a eles ensinaria a língua, a religião e a cultura de Portugal. (THOMAZ, 1996, p. 100)

Também neste sentido afirma Almeida a respeito do pensamento de Freyre:

Freyre discorre, como se sabe, sobre uma suposta disposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explicada em grande parte pelo seu passado étnico e cultural de povo indefinido (1992:2), demonstrando um equilíbrio de antagonismos (1992:6), sendo que a platicidade portuguesa, baseada na aclimatibilidade, mobilidade e miscibilidade, teria suprido a falta de pessoas e construído um sistema colonial assente sobre a família escravocrata e patriarcal, com uma moral sexual e um catolicismo *sui generis*. (ALMEIDA, 2000, p. 197)

Neste discurso o Brasil aparece como o “paraíso” destas relações coloniais, tornando-se um exemplo de convivência harmoniosa entre raças, credos e culturas. O exemplo do Brasil enquanto uma sociedade colonial em que as questões raciais encontram-se resolvidas, uma verdadeira “democracia racial” cai como uma luva para o governo salazarista que se apropria do pensamento de Freyre como uma justificativa para uma nova reedição do projeto colonial, conforme salienta Schimdt:

Este outro percurso, desenhado no espaço-tempo daquilo que podemos conceituar como um território transnacional de língua portuguesa, encontrou no Salazarismo sua máxima projeção utópica, de base fascista, quando o governo totalitário português, a partir dos anos 50 até os 70, reeditou o seu sonho imperial através da máxima que definia o país como um só, “do Minho ao Timor”. Na base desta utopia, sobreviviam, como uma fantasmagoria de grande utilidade, as teorias de Gilberto Freyre, então a serviço da interpretação do projeto colonial português como um colonialismo cordial, inter-racial, mestiço e não-racista. Às interpretações que então se fizeram das idéias de Gilberto Freyre, subjazia a legitimação da empresa do poder colonial português. Este conjunto de princípios, que buscava

justificar a permanência de Portugal em África, num momento histórico em que outras colônias africanas encontravam-se em pleno processo de descolonização. (SCHIMDT, 2006).

A importância do trabalho de Freyre é, sobretudo deslocar a discussão da mestiçagem do campo biológico para o cultural possibilitando um outro olhar sobre a discussão em torno das questões raciais. Além disso, Freyre em suas obras, e principalmente em *Casa Grande e Senzala* (2004), evoca a positividade das culturas indígenas e negras, ao falar sobre as trocas culturais entre colonizadores portugueses e colonizados, no entanto não há de sua parte uma reflexão aprofundada das desigualdades que permeiam a sociedade colonizada.

Em relação a isto, Barbeitos aponta para a indissolubilidade do problema do mestiço.

No entanto, igualmente aqui nos deparamos com as limitações que uma abordagem penetrada de um patriarcalismo português conservador coloca a um entendimento mais agudo da criação e do funcionamento da sociedade brasileira, pois que ela edulcora os efeitos nefastos de uma profunda assimetria social, revelada da maneira mais drástica nas uniões hipergâmicas entre o homem branco e a mulher não-branca, que traduz as relações injustas de poder, ainda persistentes, que regem o jogo social no Brasil. Como na moderna Angola dependente, assoma desigual a cabeça de Janus que tem toda a dominação colonial, ou aquela que não soube sacudir para longe de si a malévola raiz dual, expressa pelos seus extremos e pelos rígidos desequilíbrios, definidos pela diferença, que os separam. Assim, uma das faces é a do dominador e a outra é a dominado que, conquanto, se influenciando mutuamente nunca se aglutinam por completo, porque as duas caras simbolizam fundamentalmente os termos opostos de uma configuração político-social torta que empreende tudo para se perenizar. E, conservando-se o fosso originário, nenhuma mestiçagem o anula, somente o mascara, já que pende para «embrulhar» qualquer representação de si e de outrem. (BARBEITOS, 2006)

Diante destas articulações teóricas da mestiçagem podemos compreender a escolha de Pepetela em representar o personagem Teoria como *talvez*. No romance, Teoria reivindica o direito de ser para além da cor e raça:

Perdi Manuela para ganhar o direito de ser “talvez”, café com leite, combinação, híbrido, o que quiserem. Os rótulos pouco interessam, os rótulos só servem os ignorantes que não vêem pela coloração qual o líquido encerrado no fraco. (PEPETELA, 1981, p. 14)

Neste apelo, não há uma negação da sua identidade híbrida, mas para, além disso, há um apelo no sentido de superação das desigualdades sociais.

ABSTRACT

This paper analyzes the work of Pepetela Mayombe, Angolan novel published in 1980. Mayombe is the war of liberation through the history of guerrillas coming from different regions of Angola, with different ethnicities and different classes. In the work Pepetela exposes the contradictions and tensions of living of these men, which comes from these differences. It is proposed in this paper a look at the character theory and its relation to the mixture. The complexity of this concept is to take from it its essential character, both negative and positive. For a discussion on the mixing opens a dialogue with postcolonial authors, in order to consider the subject beyond the Luso-tropical Gilberto Freyre, a critical perspective, considering it from the power relations and inequalities that shape colonial societies.

Key words: Mayombe; Pepetela; Miscegenation; Hybridity.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade**. Oeiras. Celta, 2000.

BARBEITOS, Arlindo. **Portugal e Angola: representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades**. Tese de Doutorado, Universidade da Beira Interior. 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador. EDUFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo, Global, 2004.

PEPETELA. **Mayombe**. São Paulo: Ática, 1981 SCHMIDT, Simone Pereira. Navegando no Atlântico pardo ou a lusofonia reinventada. In: **Revista Crítica Cultural**, vol. 1, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/critica/0102/06.htm>>. Acesso em 15 set 2009.

SCHMIDT, Simone Pereira. **Onde está o sujeito pós-colonial? (Algumas reflexões sobre o espaço e a condição pós-colonial na literatura angolana)**. In: Revista do Núcleo de estudos da Língua Portuguesa e Africana da UFF, Niterói, vol. 2, n.º 2, p. 136 – 147, abril, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/revistaabril/revista-02/012_simone%20schmidt.pdf>. Acesso em: 15 set 2009.

TADEI, Emanuel Mariano. **A mestiçagem como dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional**. In: Psicologia: Ciência e

Profissão, Brasília, vol. 22, nº 4, p. 02 – 13, dezembro, 2002. disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v22n4/02.pdf> >. Acesso em: 16/09/09.

THOMAS, Omar Ribeiro. Do saber colonial ao Luso-Tropicalismo: “raça” e “nação” nas primeiras décadas do salazarismo. In: MAIO, Marcos C. E SANTOS, Ricardo V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 85-106.

THOMAS. Osmar Ribeiro. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (coords.). **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Disponível em: < <http://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> >. Acesso em 05 abr 2011.